

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Maria Rosa Selvati Martins*, Fábio Alexandre Pinheiro

* Faculdade Vale do Cricaré (FVC), mrselvatimartins@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a importância da educação ambiental como ferramenta para o desenvolvimento sustentável regional, valendo-se do uso consciente dos recursos naturais e do respeito à diversidade biológica e cultural. No conceito de desenvolvimento sustentável regional considera-se a complexa relação entre desenvolvimento e meio ambiente, destacando-se sua heterogeneidade e potencialidades. Nesse contexto, surge a questão do desenvolvimento sustentável como uma estratégia múltipla para as sociedades levarem em conta não só a questão ambiental, mas também os aspectos sociais e econômicos. No mote, a educação ambiental ganha destaque, pois a sobrevivência da humanidade vai depender da conscientização ambiental, da capacidade do ser humano compreender que o destino planetário depende de sua atuação no presente. Para tanto, primou-se pela pesquisa bibliográfica por meio de obras de vários segmentos científicos de maneira a possibilitar sustentação à temática ora apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental, desenvolvimento regional, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a temática ambiental tem trazido à tona questionamentos sobre as relações entre a utilização dos recursos naturais pela humanidade, bem como as consequências dos atuais modelos de produção e consumo baseado no crescente aumento de demanda por produtos.

As sociedades modernas encontram-se numa era de sofisticções e desenvolvimento das capacidades e possibilidades científicas e tecnológicas embasadas em um desenvolvimento interrupto das funções de produção e consumo de bens e serviços. Em contrapartida, a concentração de renda, o desemprego, o aumento do nível de marginalidade, fome, guerras, desastres ecológicos, dentre outros problemas, são resultados diretos da intervenção não planejada do homem na natureza.

Nas últimas décadas a questão ambiental vem sendo articulada nos debates contemporâneos e nas reestruturações de processos produtivos dos governos e empresas. Desde o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável¹, que teve origem na Conferência de Estocolmo e consolidação na ECO 92, os conceitos de desenvolvimento limpo, gerenciamento ambiental da qualidade, dentre outros conceitos, foram acentuados os elos entre preservação ambiental e crescimento econômico.

O artigo 225, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, capítulo VI que trata do meio ambiente, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Esse cenário remete a uma reflexão sobre o papel da configuração produtiva e social que as novas visões gerenciais, as novas tecnologias e os novos materiais vêm promovendo nos contextos regionais, no Brasil e no exterior, bem como suas implicações para a modernização dos processos de gestão.

As dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam o cálculo econômico, os aspectos biofísicos e sociopolíticos como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica prevalecente. O desenvolvimento ambientalmente sustentado não se refere especificadamente a um problema limitado

¹ O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

de adequações ecológicas de um processo social, mas a estratégia ou um modelo múltiplo para as sociedades, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica quanto a ecológica.

1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A mudança nas bases de desenvolvimento do Brasil é necessária, pois as tendências atuais de integração produtiva ainda não representam reflexos positivos reais para toda sua população. SANTOS (1979) afirma que o espaço tem um caráter de inércia dinâmica no qual a forma espacial não se limita a ser resultado, mas também é condição do processo.

A complexidade das relações políticas, sociais, ambientais e empresariais acentua-se a cada dia. O modelo de desenvolvimento regional necessita do caráter contextualizador, inovador, trans e multidisciplinar para que de fato sejam atendidas as necessidades da população à longo prazo, como um todo.

A formação de modelos de desenvolvimento regionais sustentáveis remete a uma desconstrução do pensamento unitário e construção do pensamento sistêmico, através da sensibilização e educação das comunidades locais, no intuito de uma profunda mudança de pensamento e de percepção em relação ao outro, em relação à sociedade, a economia e ao meio ambiente.

Sob a ótica do paradoxo ambiental e dos desafios do desenvolvimento, a preservação do meio ambiente passa por uma reformulação da percepção e utilização dos bem naturais, das relações sociais e empresariais. A educação ambiental surge, nesse contexto, como uma fomentadora dessa modalidade de desenvolvimento.

Dias (2004) ressalta que a humanidade está produzindo um mundo que desafia a sustentabilidade. Os grandes avanços científicos e tecnológicos atrelam-se a perda do equilíbrio ambiental, a erosão cultural, a violência, a injustiça social e econômica dada à falta de percepção, fruto de um tipo de educação baseada no consumismo sem conexão.

A formação do capital humano é o ponto de partida para as tomadas de decisão do desenvolvimento regional. Zapata (1977) considera que o desenvolvimento regional seja estratégico e elaborado, no intuito de estabelecer qualidade de vida, ao se valorizar o meio, os recursos ambientais e humanos. Reitera que há de haver maior participação na ação política, de forma independente e ética na busca dos modelos de desenvolvimento mais humanos e sustentáveis.

A educação ambiental, mesmo não tendo a solução para todos os problemas criados pelas sociedades, flui sob a ótica do desenvolvimento regional e contribui para que seja democrática e inclusiva. Sendo assim, as intervenções pedagógicas e didáticas devem se adequar cientificamente e regionalmente para serem utilizadas na formação de cidadãos conscientes e articuladores do desenvolvimento.

A diversidade, seja ela cultural ou natural, ainda é a maior expressão da educação ambiental. Faz-se necessário conhecer as representações dos indivíduos ou dos grupos sociais sobre o “ambiente”, pois, dependendo do que aceitamos como ambiente, nossas representações poderão direcionar as práticas pedagógicas da educação ambiental (SATO, 2004).

O Brasil é o único país da América Latina que possui uma Política Nacional Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99. No artigo nº. 5 constam seus objetivos, destacando-se:

- I - desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, estendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macroregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2011), ao serem criados, tiveram como objetivo a estimulação da educação para a cidadania, pois assumir o referencial transdisciplinar (cooperação recíproca entre as disciplinas) implica uma postura educacional integradora. Os professores, por sua vez, representam o elo da contextualização educacional e social, base da temática aqui referida.

Existem muitos métodos para a realização da educação ambiental. No entanto, o caráter do trabalho multidisciplinar e contextualizador pode atingir as expectativas do público alvo. De acordo com Morin (2003) o método não precede a experiência, este surge durante a experiência. A inteligência compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos desunidos, torna unidimensional o multidimensional.

Ainda assim, os professores enfrentam muitas dificuldades na implementação prática do desafio da transversalidade ambiental em sala de aula. Tema esse para um posterior estudo. Afinal esse é o grande desafio do mundo contemporâneo: a formulação de novas concepções de desenvolvimento, entre as quais se destaca o desenvolvimento sustentável norteado pelo eixo ambiental, econômico e social.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA

O município de Conceição da Barra, situado no litoral norte do Espírito Santo (ES), limita-se ao norte com os municípios de Mucuri (BA), ao sul com São Mateus, município polo regional, a oeste com os municípios de Pinheiros e Pedro Canário e a leste com o Oceano Atlântico. É por sua vez, uma região de fronteira entre os estados do ES e BA, representando um elo geográfico, cultural, político, social e econômico entre as microrregiões limítrofes.

De acordo com os dados do INCAPER (2011) a sede do município está a dois metros de altitude em relação ao nível do mar. Apresenta uma topografia predominantemente plana a suavemente ondulada, o clima é seco, sub-úmido, com temperatura média anual de 27,0°C e pluviosidade entre 400 a 1500 mm anuais. O município possui vários córregos e rios, o Rio Cricaré é o destaque regional; Nasce em Minas Gerais, corta São Mateus e deságua no município de Conceição da Barra, representando, de maneira direta, fonte de renda para centenas de famílias que vivem às suas margens. O município possui 1.165km² de extensão. E localiza-se na microrregião Nordeste do ES.

Os potenciais dessa microrregião são bem diversificados, destacando-se o petróleo e gás, o turismo de lazer, a agroindustrial empresarial, o polo de frutas, café conilon e a silvicultura. No município as atividades econômicas em destaque são: a agropecuária, o comércio e serviços. É importante salientar que atualmente o município é palco de relevantes lutas populares regionais e sede de projetos ambientais relevantes, destacando-se o Parque Estadual de Itaúnas e a Floresta Nacional do Rio Preto.

INCAPER (2011) afirma que o município apresenta problemas e relação ao meio ambiente, os quais aqui se destacam: os córregos e rios assoreados e insuficiência de barragens, a dificuldade de licença ambiental (outorga) para instalação de sistemas de irrigação, ausência de coleta de lixo na zona rural, a falta de local adequado para o destino dos resíduos de agroindústria a poluição proveniente do resíduo do pescado nas áreas de descargas e manipulação do pescado. E ainda destaca, dentre as potencialidades naturais existentes, a educação ambiental como mitigadora dos processos impactantes.

Devido à diversidade de potencialidades ambientais, sociais, culturais e econômicas, a microrregião Nordeste, no tocante ao desenvolvimento regional sustentável, apresenta demandas de investimento em vários setores, destacando-se aqui o da educação.

No mote, o desenvolvimento está intimamente relacionado à qualificação dos recursos humanos e ampliação da percepção social e ambiental do cidadão. Tem-se como exemplo dessa necessidade a questão da mão de obra qualificada, que é escassa na região, fazendo com que as vagas sejam preenchidas por profissionais, em sua maioria, advindas principalmente da capital e de Minas Gerais.

2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PAPEL DO MUNICÍPIO

O desenvolvimento regional tem caráter descentralizador. Freire (1999) retrata que o homem aprende a ser sujeito de si mesmo e da sua história. Pois ao herdar a experiência adquirida, ele contextualiza e integra-se ao seu contexto regional. Transcendendo técnicas, dificuldades e domínios.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p.40)

A formação do capital humano representa a base no que se diz respeito à participação e articulação dos atores sociais. As Redes² fortalecem e dinamizam as relações entre cidades de diferentes países e regiões, promovem ações de cooperação e o intercâmbio de experiências entre seus membros e contribuem para dar voz às cidades em âmbito nacional e internacional.

As administrações municipais, por sua vez, devem, o quanto antes, conscientizar-se da importância das iniciativas voltadas para a cooperação em escala regional e a importância da participação da população.

O município de Conceição da Barra, na contextualização de Redes, localiza-se próximo a três municípios: Mucuri, Pedro Canário, Pinheiro, bem como o município e polo regional São Mateus. Seu marco de contribuição para o desenvolvimento regional é o potencial petrolífero, turismo e agronegócio, com destaque para a produção do eucalipto, café e coco.

A falta de capacitação do capital humano local, bem como a problemática ambiental referida anteriormente, representam alguns entraves ao desenvolvimento. O investimento em educação e em práticas pedagógicas e didáticas, contextualizadas a realidade regional, é peça fundamental na resiliência econômica, social e ambiental da região referida.

Nesse contexto, a população consciente das capacidades e potencialidades de sua região é capaz de articular os processos impostos de forma não participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que os seres humanos fazem parte do meio ambiente natural; No entanto, a integração harmônica entre ambos não é uma questão simples de se articular. No decorrer do tempo histórico a percepção humana em relação à natureza não foi condizente à manutenção de um meio ambiente em equilíbrio.

Um fator muito importante para as mudanças necessárias, desde a implementação do capitalismo natural à execução e criação de políticas públicas, destaca-se a importância das sociedades em relação à tomada de decisão em relação às questões ambientais. Assim, a educação ambiental ganha destaque, pois a sobrevivência da humanidade vai depender da capacidade dos seres humanos em compreenderem que o destino do meio ambiente e da própria humanidade, vai depender de sua ação no presente. A formação de cidadãos conscientes, críticos e racionais, criará um círculo virtuoso com empresas que optarem por novas tendências mercado, fornecendo produtos ecologicamente corretos.

A implantação e divulgação ambiental pode ser um agente desencadeador de uma nova construção social, visando à perenidade da vida em nosso planeta, de maneira a não se esgotar os recursos naturais, tendo como base um modelo de desenvolvimento não excludente socialmente, nem esgotante ambientalmente.

Conceição da Barra (ES) está inserida geograficamente em uma microrregião de bastante relevância econômica para o Estado. Possui características bem peculiares, como suas consideráveis potencialidades ambientais, turísticas, agrícolas

² As Redes de Cidades são associações entre municípios, com interesses em comum, criadas com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades e os problemas sociais existentes nas sociedades locais, como o fortalecimento das economias locais, políticas urbanas sustentáveis, inclusão social, acesso a financiamentos internacionais e integração regional.

e petrolíferas, frente a problemas ambientais notórios; Fato esse que, de acordo com o exposto, a educação ambiental se insere como uma ferramenta de controle da mitigação do impacto ambiental negativo no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, MEC. O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas, 2011.
2. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.
3. FREIRE, Paulo. Educação peito de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
4. INCAPER (2011) - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Nordeste/Conceicao_da_Barra.pdf. Acesso em: 18/09/2013.
5. MORIN, Edgar et.al. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. UNESCO; trad. Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.
6. OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48.
7. SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
8. SATO, Michèle. Educação ambiental. São Carlos: RiMa, 2004.
9. ZAPATA, Tânia. Capacitação, associativismo e desenvolvimento social. Projeto Banco do Nordeste/PNUD. Série de Cadernos Técnicos. Recife: 1997.